

ENTRE FLORES E FERIDAS: REFLEXÕES SOBRE O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CRAS SANTA LUZIA NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA/PR

Direitos Humanos e Justiça

Danuta Estrufika Cantoia LUIZ

Emilly Pinheiro COLMAN[1]; Danuta Estrufika Cantoia LUIZ; Raul Zainedin da ROCHA; Maryane MACKEVICZ.

NEPIA (Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescência)

Resumo: O artigo apresenta a experiência extensionista desenvolvida pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescência (NEPIA) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Santa Luzia, em Ponta Grossa/PR, durante a campanha "Maio Laranja", voltada à prevenção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. A intervenção buscou sensibilizar a comunidade por meio de rodas de conversa, dinâmicas pedagógicas e ações simbólicas, privilegiando o diálogo horizontal, a escuta sensível e a valorização dos saberes populares. Participaram cerca de 27 pessoas, entre mulheres atendidas pelo serviço, crianças, adolescentes e a equipe técnica do CRAS. Os resultados apontaram para a ampliação do debate sobre os diferentes tipos de violência, o fortalecimento de vínculos comunitários e o engajamento das participantes na construção coletiva de estratégias de proteção. Além disso, a ação contribuiu para a formação crítica dos estudantes extensionistas, possibilitando a aplicação prática dos conhecimentos acadêmicos em um contexto real. Conclui-se que a extensão universitária configura-se como prática política, pedagógica e ética, reafirmando seu papel transformador na defesa dos direitos humanos e na construção de redes de proteção social.

Palavras-chave: Violência. Extensão Universitária. Proteção Social. Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

A realização da atividade no CRAS Santa Luzia justifica-se pela urgência do enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, fenômeno que se intensifica em territórios marcados por vulnerabilidade social, precariedade estrutural e fragilidade das

[1] Assistente social do Programa; Universidade Estadual de Ponta Grossa; emillypinheiro289@gmail.com

políticas públicas. Nesses contextos, a violação de direitos tende a ser naturalizada, o que reforça a necessidade de ações preventivas e educativas capazes de romper o ciclo de silêncio e invisibilidade. (SANTOS, 2006).

Inserida na campanha “Maio Laranja” (mobilização nacional dedicada à prevenção e ao enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes), a intervenção dialoga com o esforço coletivo de sensibilização sobre o tema, reforçando a importância da informação acessível e elevação dos níveis de conhecimento na comunidade.

Em paralelo, destaca-se que a atividade faz parte da realização da Semana de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, promovida pelo NEPIA e realizada na UEPG, que contou com palestras e atividades formativas voltadas ao fortalecimento da rede de proteção. Esse contexto evidencia a urgência do tema, já que dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) apontam que, somente em 2022, mais de 69 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes foram registrados no Brasil, sendo que a maioria das vítimas tinha entre 10 e 14 anos e mais de 80% dos agressores eram pessoas próximas do convívio familiar.

A iniciativa também se justifica por sua capacidade de aproximar a universidade da realidade vivida pela população, permitindo que estudantes e profissionais de diferentes áreas atuem de forma integrada, a partir de uma perspectiva crítica, interdisciplinar e dialógica. Essa aproximação fortalece a função social da extensão universitária, unindo teoria e prática em prol da defesa dos direitos humanos.

Assim, a atividade respondeu a uma demanda social concreta, potencializando estratégias locais de prevenção e proteção, além de estimular a construção coletiva de alternativas frente às diversas formas de violência. A ação reafirma o compromisso ético e político da universidade com a transformação social e com o enfrentamento às violências.

OBJETIVOS

O objetivo da ação teve como principal finalidade sensibilizar os participantes sobre

a prevenção e o enfrentamento da violência sexual contra cianças e adolescentes, buscando fortalecer o papel da família e da comunidade na proteção integral desses direitos. Buscou informar sobre os sinais de abuso, a importância da denúncia e os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Também promoveu um espaço de acolhimento e troca de experiências, além de divulgar os canais de denúncia e os serviços de proteção disponíveis.

METODOLOGIA

A intervenção realizada pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescência (NEPIA) no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) de Santa Luzia adotou uma abordagem participativa. Para alcançar os objetivos, foram empregados os seguintes procedimentos: primeiro houve o planejamento e articulação institucional, em que o projeto foi organizado em diálogo com a equipe do CRAS Santa Luzia, assegurando a integração da ação à campanha nacional “Maio Laranja”, voltada ao enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Essa articulação garantiu o alinhamento da intervenção com as demandas e a realidade local.

Realização da atividade extensionista: a intervenção consistiu em rodas de conversa com o público majoritário formado por mulheres da comunidade (mães, avós, cuidadoras), além de crianças e adolescentes. A metodologia adotada privilegiou o diálogo horizontal, a escuta sensível e a valorização dos saberes populares, evitando uma postura meramente informativa ou verticalizada. (FREIRE, 1987).

Em seguida, foi realizado o tapete de nuvens, que consiste em uma atividade lúdica com a criação coletiva de um tapete composto por nuvens ou plaquinhas, em que cada uma representava um tipo de violência ou se relacionava com a garantia dos direitos de crianças e adolescentes´. As categorias abordadas foram negligência, violência física, violência sexual, violência psicológica, violência institucional e violência patrimonial. Além disso, foi explicado também, sobre os direitos fundamentais, o sistema de garantia e o ECA. Essa

dinâmica teve como objetivo facilitar a compreensão e o reconhecimento dos diferentes tipos de violência pela comunidade, especialmente pelas mulheres participantes, de maneira acessível e simbólica, promovendo reflexão crítica e sensibilização por meio da interação e diálogo informal. (HOOKS, 2013).

Além disso, foram realizadas dinâmicas pedagógicas e simbólicas, nas quais, para além das discussões, foi incluso um gesto simbólico e estético — a entrega e plantio de flores amarelas de EVA no gramado do CRAS, em alusão ao 18 de maio. Essa ação buscou ressignificar o espaço institucional, transformando-o em um ambiente de acolhimento, memória e resistência.

Essa metodologia, centrada na escuta, no diálogo e na construção coletiva, permitiu que a extensão universitária cumprisse seu papel como ferramenta de intervenção cidadã, conectando saberes acadêmicos e populares que contribuem para o enfrentamento de violências contra crianças e adolescentes.

RESULTADOS

A execução da atividade no CRAS de Santa Luzia resultou em impactos significativos tanto para a comunidade local quanto para os acadêmicos envolvidos. Participaram aproximadamente 27 pessoas, entre mulheres atendidas pelo serviço, crianças e adolescentes da comunidade, além da equipe técnica do CRAS. O encontro gerou um espaço de diálogo qualificado sobre a prevenção e o enfrentamento à violência sexual, psicológica, física, institucional, patrimonial e negligência, buscando o fortalecimento do CRAS como integrante da rede de proteção social e sensibilizando sobre tipos de violência, os canais de denúncia disponíveis, como o Disque 100 e o Conselho Tutelar.

Durante as rodas de conversa, observou-se um aumento na participação ativa das mulheres, que compartilharam experiências pessoais e relataram situações enfrentadas por vizinhos ou familiares, evidenciando que a violência, em todas as suas formas, ainda é um problema presente e muitas vezes silenciado. As situações enfrentadas revelaram algumas

feridas na vivência das participantes, mas que, com o plantio de flores (simbólico), deixa a mensagem ou a semeadura do conhecimento sobre o tema trabalhado.

A ação teve como efeito imediato o fortalecimento de vínculo entre a universidade e a comunidade, estabelecendo um canal de comunicação direto para futuras parcerias. No âmbito acadêmico, contribuiu para que os participantes aplicassem conceitos teóricos violências, de proteção social e direitos humanos em uma situação concreta, reforçando a compreensão sobre a importância da articulação intersetorial. (MBEMBE, 2018).

A coleta de feedback pós-atividade, obtida por meio de formulário de avaliação respondido por 27 participantes, reforçou os resultados positivos percebidos:

100% dos respondentes afirmaram que o conteúdo apresentado atendeu às expectativas

96,3% consideraram que houve espaço suficiente para participação e esclarecimento de dúvidas, enquanto 3,7% responderam “talvez”

100% avaliaram a oficina de forma positiva no geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de extensão universitária realizada pelo NEPIA no CRAS Santa Luzia revela a potência e os desafios da atuação da universidade pública em territórios vulnerabilizados. A ação, que articula saberes da psicologia, do serviço social e do direito, demonstrou-se uma prática política, pedagógica e estética capaz de transformar a relação entre academia e comunidade, ao promover um diálogo horizontal pautado na escuta ativa e no reconhecimento dos saberes populares.

A equipe envolvida percebeu, ao longo da intervenção, a força do afeto como ferramentas de resistência, quanto às barreiras estruturais impostas pela ausência do Estado e pela precariedade dos serviços públicos. As mulheres participantes, sustentáculo invisível da proteção infantil, revelaram em suas narrativas a complexidade da violência naturalizada e a urgência de políticas públicas efetivas e continuadas.

O projeto evidenciou que a extensão universitária vai além da mera complementação acadêmica: ela se configura como um espaço de formação crítica e ética, de denúncia política e de construção coletiva de alternativas ao silêncio sobre o tema de violências sofridas por crianças e adolescentes.

Como legado, a intervenção no CRAS Santa Luzia reafirma a importância da continuidade e do compromisso ético na construção de redes de proteção e de participação comunitária, especialmente no enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes. Espera-se que essa experiência inspire futuras ações extensionistas pautadas na escuta, no cuidado e na luta por justiça social, contribuindo para a abertura de espaços da universidade e seus cursos de formação como sujeito social nos mais diversos campos de atuação como agente transformador e insurgente, capaz de semear flores mesmo em meio às feridas sociais. (FOUCAULT, 1984).

REFERÊNCIAS

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente.** São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 05 de setembro de 2025.

FOUCAULT, Michel. **Estética, ética e política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** 2023. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica Acesso em: 19 ago. 2025.